

Área 1: Economia

Informalidade, precarização do trabalho e pobreza multidimensional no Brasil (2016 – 2019)

Ohanna Larissa Fraga Pereira

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Caroline Lucion Puchale

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Economia, com ênfase em Economia Aplicada, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Resumo: O objetivo deste estudo foi analisar a incidência, intensidade e as fontes de pobreza multidimensional que acometeu os trabalhadores formais e informais no Brasil no período entre 2016 e 2019. Para isso, calculou-se o índice de pobreza multidimensional (IPM) seguindo o método Alkire-Foster. Como principais resultados, foi constatado um abismo com relação às privações sofridas entre os trabalhadores formais e informais. A informalidade coloca os trabalhadores em piores condições de trabalho, remuneração, e proteção social. Essa situação expõe os indivíduos informalizados a patamares de incidência de pobreza dez vezes piores que o grupo formal.

Palavras-chaves: Informalidade, Pobreza multidimensional, Precarização, Alkire-Foster.

1 Introdução

O Brasil experimentou um período de avanços no campo econômico e social entre os anos de 2004 e 2014 que alinhou o crescimento econômico à distribuição de renda, redução da pobreza e da desigualdade social (OXFAM BRASIL, 2017). Essas conquistas melhoraram expressivamente as condições de vida dos trabalhadores, que vivenciaram um intervalo de aumento progressivo do emprego assalariado formal, da queda da taxa de desemprego e da redução da informalidade. Combinado a isso, no campo econômico, havia o aumento do valor real do salário mínimo, a retomada do crescimento econômico e a implementação de importantes políticas sociais, industriais, tecnológicas, creditícias, regionais e de desenvolvimento (KREIN et al., 2017; SANTOS; GIMENEZ, 2018).

Entretanto, esses fatores foram abalados em 2015 pelo que Rossi e Mello (2017) denominaram de a maior crise da história brasileira, até então. A inflexão da crise brasileira, gerada pela estratégia de choque recessivo pró-mercado, potencializou a desestruturação do mercado de trabalho. Com a recessão econômica, veio o crescimento do desemprego, da subutilização da força de trabalho e da informalidade, seguidas de uma queda no rendimento médio real (MANZANO; CALDEIRA, 2018).

Em contextos como esse, fenômenos como a pobreza multidimensional tendem a afetar de maneira mais intensa grupos populacionais historicamente precarizados. Acerca desse fenômeno, Amartya Sen (2013) desenvolveu uma teorização capaz de relacionar um complexo conjunto de elementos que determinam a forma de viver do indivíduo, envolvendo dimensões e indicadores básicos essenciais à vida dos seres humanos. Na visão do autor, ser pobre envolve múltiplos fatores, de ordem quantitativa e qualitativa, enquanto as carências vividas dão aos indivíduos uma existência curta com muitas complicações e perigos, provocando nas pessoas sentimentos ruins de impotência, desesperança, vulnerabilidade, incapacidade política e entre outros fatores.

Apesar dos avanços logrados pelo Brasil no enfrentamento das vulnerabilidades e desigualdades sociais, ainda persistem fontes de privações fortalecidas pelas crises recentes enfrentadas pelo país (SERRA, 2017; FAHEL et al., 2016). A dinâmica da precarização do trabalho no Brasil, refletida em grande medida na informalidade, contribui para o aumento contínuo da pobreza e da marginalização dos trabalhadores. Neri e Fontes (2010) afirmam que a informalidade não apenas potencializa a pobreza, como se caracteriza por ser um fenômeno mais frequente e crônico, inclusive, que o desemprego.

Considerando a importância da investigação das condições de vida dos trabalhadores brasileiros conforme a ocupação (formais/informais), o presente estudo tem como objetivo principal analisar a incidência e a intensidade da pobreza multidimensional que acomete tal público. A análise contempla a comparação entre a pobreza dos trabalhadores formais e informais com base na PNADC Anual¹ entre os anos de 2016 e 2019. Para isso, empregou-se o modelo Alkire-Foster (AF) para estimar o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) entre os grupos pesquisados, bem como, para identificar quais são as principais fontes de privações desses agentes.

A redação está dividida em quatro seções, além desta introdução. Na seção 2, foi apresentada a revisão bibliográfica acerca das mudanças no mercado de trabalho brasileiro na crise recente, das consequências negativas da informalidade e da pobreza multidimensional no país. Na sequência, discorreu-se sobre os procedimentos metodológicos empregados para a estimação do IPM. Na seção 4, analisou-se os principais resultados deste estudo. Por fim, na seção 5 foram apresentadas as considerações finais.

2 As mudanças recentes no mercado de trabalho e a pobreza multidimensional no Brasil

Até a crise econômica brasileira de 2015, o país experimentou um ciclo de desenvolvimento econômico e dinamização do mercado de trabalho, que atingiu, sobretudo, a

¹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (2018).

população mais carente e os assalariados. As políticas adotadas nesse ínterim permitiram a melhoria significativa dos indicadores sociais brasileiros e o reflexo do movimento positivo do mercado de trabalho e da resistência às políticas liberais dos anos 1990 (JACCOUD, 2013).

Conforme Baltar (2015), no período de crescimento econômico com inclusão social (2004 a 2013) houve: redução da taxa de desemprego, de 9,1% em 2004 para 6,6% em 2013; expansão do grau de formalização dos contratos de trabalho, que passou de 67,5% para 76,6%; aumento do grau de assalariamento, com a evolução da participação do emprego em estabelecimentos na ocupação total de 57,3% para 63,8%; e aumento no nível de renda real do trabalho, que se elevou 64,3% no período. Essa trajetória ascendente da renda, da taxa de atividade, da demanda e da oferta de crédito, gerou um grande aumento do consumo na economia do país, que conseguiu atravessar a crise internacional de 2008.

Entretanto, por volta de 2014 a economia nacional despencou em uma crise que teve início no campo político-econômico e se alastrou para o social, atingindo os indicadores de trabalho. Os resultados da recessão de 2015-2016 iniciaram a ruptura dos avanços trabalhistas. O relatório da Oxfam (2018, p. 11) aponta: “A roda da redução de desigualdades parou no Brasil. Entre 2017 e 2018, houve uma conjunção de indicadores negativos que contam a triste história de um grave recuo do progresso social no país. São retratos recentes de um processo (...) que não mostra sinais de reversão”. A inflexão ocorrida em 2015 gerou uma retração geral da renda nacional, o desemprego passou de 6,8% em 2014 para 12,7% em 2017 e a proporção de pobres voltou, em 2017, para o patamar de 2012 (OXFAM, 2018; IBGE, 2019).

Nesse contexto, a taxa de informalidade que vinha caindo no Brasil sofreu uma inflexão a partir do terceiro trimestre de 2014. Os dados da PNADC Trimestral de 2019, indicam que apesar da recuperação lenta do rendimento médio real, a taxa de informalidade não voltou a apresentar queda considerável, indicando que uma proporção maior de trabalhadores está se inserindo em postos de trabalho precários (OLIVEIRA; PRONI, 2016).

O uso do conceito “trabalho informal” e sua mensuração apresentam muitas variações, principalmente em países em desenvolvimento² como o Brasil. Entretanto, como ressaltam Krein e Proni (2010), esse fenômeno – que historicamente foi associado às economias subdesenvolvidas, mas que também aparece mais timidamente nos países centrais – possui uma gama de situações que definem um modelo de condições de trabalho precarizadas. São características do trabalho informal:

“[...] indefinição do local de trabalho, condições de trabalho prejudiciais à saúde e à segurança, baixos níveis de qualificação e de produtividade do trabalho, rendimentos baixos e irregulares, extensas jornadas de trabalho, falta de acesso à informação e à tecnologia, além das dificuldades para a obtenção de financiamento e para uma inserção legal no mercado. Os trabalhadores da economia informal, na maioria das vezes, não são reconhecidos pelas agências governamentais, são imprecisamente mensurados nas estatísticas oficiais, não estão contemplados pela legislação trabalhista e se beneficiam de forma limitada da seguridade social. Dessa maneira, estão impossibilitados de desfrutar plenamente dos direitos sociais que alicerçam a cidadania. E quando reivindicam outra forma de tratamento, raramente são ouvidos pelas autoridades públicas, por não estarem organizados e não terem representantes legítimos” (KREIN; PRONI, 2010, p. 33).

² Na Missão para o Emprego no Quênia, em 1972, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) utilizou pela primeira vez o termo “setor informal”, criado pelo economista Keith Hart, para analisar as atividades que estavam na margem da formalidade. Em 2002, a Resolução da Conferência Internacional do Trabalho, substituiu o termo para “economia informal”, para tentar abranger a diversidade do fenômeno em todo o mundo (OIT, 2012). A princípio, o desafio era entender como esse fenômeno típico dos países subdesenvolvidos acometia uma parcela expressiva da população. O desemprego não era o principal fator limitante dessas nações, mas sim a baixa remuneração e a desestruturação do mercado de trabalho. O maior desafio da OIT era gerar empregos para estimular a formulação de políticas econômicas de combate à pobreza, principal aliada do trabalho informal, e de justiça social (OIT, 2012, CORSEUIL; REIS; BRITO, 2015).

No Brasil dos anos 1990, a informalidade avançou devido, principalmente, a dois fatores: à presença de uma economia com baixo e instável nível de crescimento; e às transformações gerais do capitalismo contemporâneo, que reuniu a reorganização econômica com a mudança do papel do Estado e das instituições públicas, afetando diretamente as relações laborais e, desse modo, aumentando a informalidade. Ao longo dos anos 2000, surgiu o que Krein e Proni (2010) chamaram de “nova informalidade”, caracterizada pelas relações de emprego disfarçadas, como: o trabalho estágio, a contratação de pessoa jurídica, o autônomo proletarizado e entre outros. Essas formas de contratação trazem consequências negativas tanto para os contratados nessas condições, que passam a ter menor acesso aos direitos trabalhistas básicos, quanto para o sistema de proteção social, que passa a ter suas fontes de financiamento de políticas públicas para a seguridade social fragilizadas, dificultando, cada vez mais a possibilidade de ampliação da universalização do seu sistema.

A “nova informalidade” no Brasil, aparece na forma de diversos tipos de contratações atípicas que estimulam o trabalho informal, como: o motoboy, a contratação por prazo indeterminado, o *free lance*, o tele-trabalho etc. Algumas dessas expressões estão ultrapassadas e ganharam uma nova roupagem, como é o caso da uberização, definida por Abílio (2020, p.14) como: “[...] uma nova forma de organização, gerenciamento e controle do trabalho, que se apresenta como uma tendência global”. Esse fenômeno: “é fruto de décadas de eliminação de direitos, da dispersão global e, ao mesmo tempo, centralizada de cadeias produtivas [...] e do desenvolvimento tecnológico, que fundamenta novas formas de organização e controle do processo de trabalho” (ABÍLIO, 2020, p.14). A precarização dessa nova modalidade atípica de contratação, tem lidado, ainda, com o gerenciamento algorítmico introduzido pelas plataformas digitais, que permite uma ampla extração, processamento e administração de uma gama de dados de trabalhadores de maneira monopolizada e centralizada (ABÍLIO, 2020).

Apesar dessas constatações, os anos 2000 e o início da década seguinte foram de ascensão no que diz respeito ao processo de formalização das ocupações no Brasil. O movimento regulatório do período, como destacam Krein e Biavaschi (2015), não conseguiu reverter características estruturais, mas abriu espaço para o aumento do assalariamento, da renda dos trabalhadores e da formalização. Isso ocorria em um momento de menor crescimento da população economicamente ativa e maior participação da mulher - mais escolarizada e mais velha no mercado de trabalho.

Entretanto, conforme mencionado, a recessão brasileira de 2015-2016 reverteu o processo de avanços da formalidade no Brasil. Desde 2014, o número de trabalhadores brasileiros classificados como formais diminuiu progressivamente, em contraposição ao número de informalizados, que manteve estabilidade no patamar de 40 milhões. Somado a esse processo de precarização do trabalho através do aumento da informalidade e da subutilização da força produtiva, em 2015 iniciou um cenário de desemprego ascendente (KREIN; OLIVEIRA, 2019; KREIN; COLOMBI, 2019).

A implementação da Reforma Trabalhista em 2017, no Brasil, prometia a redução da informalidade através da liberalização da terceirização e da ampliação do contrato temporário, mas não foi capaz de conter esse processo. Em contraposição, o número de informais apresentou um aumento em 2018 e 2019, apesar da Reforma (KREIN; OLIVEIRA, 2019). Nesse período, a quantidade absoluta e relativa de trabalhadores informais superou a dos formais, tendência que se estende para setores além dos serviços, como o da indústria, historicamente formalizado. Além disso, o crescimento do segmento informal ocorreu entre os trabalhadores com nível educacional superior completo e incompleto (KREIN; COLOMBI, 2019).

O relatório da OIT (2012) expressa os principais motivos que levam à informalidade. Dentre eles, destaca: a pobreza, como a principal causa que leva as pessoas a buscarem o trabalho informal; a capacidade de absorção limitada do setor industrial do país, que não consegue capturar toda a mão-de-obra em setores mais produtivos; a procura pela flexibilidade, causa derivada da pressão exercida pela globalização pela flexibilização do trabalho na economia formal; mudanças na estrutura de produção, que favorece a subcontratação em países

onde os custos de mão-de-obra são mais baixos; os processos de reestruturação econômica, como, por exemplo, a privatização de empresas públicas e estatais, que contribuíram bastante para o crescimento da economia informal; o debate sobre a regulação do trabalho, que em alguns países demonstra resultados positivos na redução dos empregos informais; e as crises econômicas, que geram pressão sobre o emprego formal e o aumento da economia informal, além de ocasionar uma dupla pressão nas economias já vulneráveis.

A informalidade no Brasil possui fortes vínculos com a precarização dos postos de trabalho e com a baixa qualidade de vida da população. Isso decorre da ausência de proteção de diversas leis trabalhistas e sociais de cunho regulatório estatal e da falta de articulação forte que resulte em negociações coletivas efetivas (KREIN; PRONI, 2010). Além disso, como afirmam Neri e Fontes (2010), o setor informal é o segmento que mais contribui para o estado de pobreza dos trabalhadores brasileiros. Segundo os autores, esse setor é formado por uma grande parcela de pessoas que trabalham, mas que não recebem uma quantia suficiente para sustentar as suas famílias.

Vista por esse âmbito, a informalidade pode ser considerada como causa e consequência das condições precárias de vida dos trabalhadores. Ela é, nas palavras de Neri e Fontes (2010, p. 12): “[...] o principal “colchão” que alivia choques trabalhistas adversos daqueles que não podem se dar ao luxo de ficar buscando uma ocupação melhor”. Diversos fatores levam os trabalhadores a se inserir cada vez mais nesse setor da economia, sobretudo em períodos de crise como a vivenciada recentemente. Somado a isso, a inserção de modalidades precarizadas de trabalho, como o advento da uberização, se expande e se generaliza no mundo do trabalho, afetando heterogeneamente as camadas sociais e centralizando características outrora periféricas do trabalho (ABÍLIO, 2020).

A luta por condições de vida e de trabalho melhores e, conseqüentemente, pela redução dos níveis de informalidade no Brasil e no mundo, faz parte da missão histórica da OIT na busca pela conquista do Trabalho Decente para a população.

“[...] O Trabalho Decente é uma condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Entende-se por Trabalho Decente um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna” (MTE, 2006, p. 5).

Foi através dessa visão que o Trabalho Decente virou um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pelas Nações Unidas na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. O ODS 8 estipula: “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos” (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 26).

As condições de trabalho são apenas uma das diversas dimensões que englobam a pobreza multidimensional. O fenômeno da pobreza, até meados do século XX, era medido, predominantemente, pelos níveis de renda. Seu debate foi ganhando profundidade e encontrando outras abordagens que agregavam multifatores econômicos e sociais para a sua análise e mensuração (CRESPO; GUROVITZ, 2002; SILVA; SOUSA; ARAUJO, 2017). Um dos acadêmicos que emergiu nesse campo de estudo foi o economista Amartya Sen, autor que deu sua contribuição através da conceituação da pobreza como a privação das capacidades dos indivíduos. Para ele, ser pobre vai além da privação puramente material ou da escassez de renda, é sobretudo a privação das capacidades básicas humanas (SEN, 2013).

A Abordagem das Capacitações, faz parte da visão multidimensional da pobreza, ela reconhece que o nível de renda baixo é um dos fatores principais da privação do indivíduo, sobretudo em países periféricos, entretanto, a perspectiva monetária é somente um instrumento que fortalece a pobreza e não o real motivo que coloca os indivíduos neste estado. Para o autor, ter rendas iguais não significa igualdade do potencial humano de fazer o que se valoriza. Um

indivíduo incapacitado fisicamente não pode realizar os mesmos funcionamentos que uma pessoa com o corpo hábil, mesmo que tenham ambos a mesma renda (SEN, 2001).

As considerações de Sen foram expressas pelo *World Bank Institute* (2005) como a abordagem mais ampla da pobreza. Ela pode ser aplicada a diferentes realidades, em países desenvolvidos e naqueles em desenvolvimento, pois vai além da carência de renda e de bens materiais. A pobreza multifacetada não identifica apenas quantos e quem são os pobres, mas quais as suas privações, proporcionando um diagnóstico mais completo e um maior grau de efetividade na prática de políticas públicas.

3 Procedimentos Metodológicos

Os estudos aplicados ao fenômeno da pobreza multidimensional elaboram análises sistêmicas que buscam gerar informações condizentes com a realidade e com o cotidiano das pessoas. Nessa perspectiva, a presente pesquisa empregou a metodologia proposta por Alkire e Foster (2009), AF, composta por um método de análise da pobreza através da aplicação do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) que se baseia em doze passos de aplicação. O intuito é avaliar a incidência do fenômeno na população de trabalhadores formais e informais brasileiros para os anos pós-crise (2016 a 2019)³, estabelecendo uma comparação entre as condições de vida avaliada pela pobreza multidimensional dessas duas categorias.

Nessa classificação⁴, são adotados como trabalhadores formais: Empregados com carteira, Trabalhadores Domésticos com carteira, Militares e Funcionários Públicos. Como trabalhadores informais, foram adotados: Empregados sem carteira, Trabalhadores Domésticos sem carteira, Trabalhadores por conta própria e Trabalhadores Familiares Auxiliares. Excetuando-se a participação dos empregadores.

Os autores indicam que uma das grandes vantagens do método AF é a identificação dos indivíduos multidimensionalmente pobres através do “método de identificação de corte duplo”; no qual são utilizados dois cortes, o primeiro dentro do indicador e o segundo entre os indicadores. Conforme Vieira, Kuhn e Marin (2017, p. 275): “O primeiro corte se refere ao mínimo necessário de determinado indicador para a pessoa ser considerada privada ou não nesse indicador, já o segundo é um número mínimo de indicadores para o indivíduo ser considerado multidimensionalmente pobre”. Os passos são:

1º Passo: Escolher a unidade de análise. A unidade de análise desta pesquisa é a população trabalhadora brasileira com 14 anos ou mais de idade nos anos de 2016 a 2019.

2º Passo: Escolher as dimensões. Após o levantamento bibliográfico (Ferreira e Marin, 2016; Fabel, Teles e Caminhas, 2016; Vieira, Kuhn e Marin, 2017; Serra, 2017; Silva, Bruno e Silva, 2020; Rede PENSSAN, 2021; e Rosa, 2021), optou-se por analisar o fenômeno da pobreza a partir de quatro dimensões:

- a) *Condições de Habitação*⁵;
- b) *Condições Sanitárias*⁶;

³ Os dados impossibilitam uma comparação da pobreza multidimensional entre as PNADs de 2002 a 2015 com as PNADs Contínuas Anuais de 2016 a 2019.

⁴ A classificação adotada de formalidade e informalidade é a mesma proposta por Krein e Colombi (2019) e Krein e Oliveira (2019). Para mais informações, consultar as fontes informadas.

⁵ Ressalta-se que condições adequadas de moradia são determinantes para a qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos. Vieira, Kuhn e Marin (2017) destacam que a privação de acesso aos serviços básicos de moradia dá indícios sobre o grau de pobreza vivenciado pelos agentes.

⁶ O acesso aos serviços sanitários básicos é essencial para a redução da contração de doenças por falta de higiene ou contato com ambientes insalubres dos indivíduos (Sen, 2001). Por correspondência, pessoas saudáveis têm mais oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, ao desenvolvimento do bem-estar e à construção de melhores condições de vida.

c) *Condições de Educação e Acesso ao Conhecimento*⁷;

d) *Condições de Trabalho e Proteção Social*⁸.

3º Passo: Definir os indicadores de análise. As quatro dimensões escolhidas foram compostas por 12 indicadores. A dimensão *Condições de Habitação* englobou os indicadores: i) *Condições de abrigo do domicílio*; ii) *Instalações sanitárias*; e iii) *Densidade habitacional*. Na dimensão *Condições Sanitárias* foram selecionados os indicadores: iv) *Abastecimento de água*; v) *Acesso à rede de esgotos*; e vi) *Coleta de lixo*. A dimensão *Condições de Educação e Acesso ao Conhecimento* foi representada pelos indicadores: vii) *Acesso à internet*; viii) *Grau educacional* e ix) *Alfabetização*. Por fim, a dimensão *Condições de Trabalho e Proteção Social* foi composta pelos indicadores: x) *Rendimento*; xi) *Subocupação* e xii) *Previdência*.

4º, 5º e 6º Passos: Definir e Aplicar as linhas de pobreza e contar o número de privações por pessoa. O primeiro ponto de corte da metodologia ocorre em relação aos indicadores. Se o indicador é *Acesso à internet*, os indivíduos que tiverem acesso à internet por qualquer equipamento eletrônico são considerados não privados, caso contrário, é considerado privado. As informações sobre dimensões, indicadores e privações estão dispostas no Quadro 1. Depois, aplica-se as linhas de pobreza para todos os indicadores da amostra. A seguir, conta-se o número de privações para cada indivíduo.

7º e 8º Passos: Definir o segundo corte e censurar os dados dos não pobres. Assumindo pesos iguais, define-se o segundo ponto de corte de identificação (*k*), o qual fornecerá o número de indicadores em que um indivíduo deve ser privado para ser considerado multidimensionalmente pobre. Para o presente estudo, os agentes deveriam apresentar privação em quatro ou mais indicadores analisados⁹. Em seguida, deve-se censurar os dados das pessoas que apresentam o valor *k* inferior a 4, ou seja, aquelas identificadas como não pobres, para a realização dos cálculos posteriores.

Quadro 1 - Dimensões, indicadores e condições de privação para aplicação do método AF

DIMENSÕES	INDICADORES	PROXY PARA MENSURAÇÃO	PRIVADO SE...
Condições de Habitação	<i>Condições de abrigo do domicílio</i>	Material predominante na construção das paredes externas; na cobertura e no piso do domicílio	O material predominante na construção das paredes externas do domicílio não for de alvenaria ou madeira aparelhada; ou o material da cobertura não for telha, laje ou madeira apropriada; ou o material do piso não for cerâmica,

⁷ O acesso à educação e ao conhecimento são fundamentais para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Como afirma Sen (2001), a falta de acesso à educação formal, por exemplo, pode criar nos indivíduos diversas barreiras à participação nas atividades econômicas. Portanto, quanto maior o nível de conhecimento e acesso à informação, menores as chances de permanecer no estado de pobreza.

⁸ A OIT define que as condições de trabalho decente são uma missão histórica e condição fundamental para a superação da pobreza, redução das desigualdades sociais, garantia da democracia e do desenvolvimento sustentável, além de estabelecer a ampliação da proteção social (OIT, 2020). Diante disso, ele virou o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 8 (ODS-8) do rol daqueles definidos pelas Nações Unidas para a Agenda de 2030 de Desenvolvimento Sustentável (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

⁹ A literatura indica que se considere privado o indivíduo em que a pontuação de privação for maior ou igual a 1/3 dos indicadores analisados (ALKIRE; FOSTER, 2009). No caso em questão, o número utilizado foi de 4 indicadores (ou 1/3), o mesmo critério usado para o cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), lançado pelo Relatório do Desenvolvimento Humano em 2010 (FAHEL; TELES; CAMINHAS, 2016; SERRA, 2017). Ressalta-se ainda, que todos os indicadores receberam a mesma ponderação.

			lajota, pedra, madeira apropriada ou cimento
	<i>Instalações sanitárias</i>	Quantidade de banheiros exclusivo dos moradores do domicílio	Não tiver pelo menos um banheiro exclusivo dos moradores no domicílio do entrevistado
	<i>Densidade habitacional</i>	Cômodos servindo de dormitórios/Nº de pessoas no domicílio	Mais de 3 pessoas por dormitório
Condições Sanitárias	<i>Abastecimento de água</i>	Principal forma de abastecimento da água do domicílio	A forma de abastecimento não for através de rede geral de distribuição
	<i>Acesso à rede de esgotos</i>	Forma de escoadouro do banheiro ou sanitário	A forma de escoadouro não for através de rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede
	<i>Coleta de lixo</i>	Destino do lixo domiciliar	O destino do lixo domiciliar não for através de coleta direta ou indireta
Condições de Educação e Acesso ao Conhecimento	<i>Acesso à internet</i>	Algum morador tem acesso à internet no domicílio por meio de algum equipamento eletrônico	Nenhum morador tiver acesso à internet através de nenhum equipamento eletrônico
	<i>Grau educacional</i>	Nível de instrução mais elevado alcançado	Não tiver instrução, tiver menos de 1 ano de estudo, apenas o fundamental completo ou incompleto ou o médio incompleto
	<i>Alfabetização</i>	Sabe ler e escrever	Não saber ler ou escrever
Condições de Trabalho e Proteção Social	<i>Rendimento</i>	Faixa de rendimento domiciliar <i>per capita</i>	Rendimento domiciliar <i>per capita</i> inferior até ½ salário mínimo
	<i>Subocupação</i>	Subocupação por insuficiência de horas trabalhadas	Houver morador subocupado
	<i>Previdência</i>	Contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho	Não for contribuinte

Fonte: Elaborado pela autora a partir de pesquisas bibliográficas com base na PNADCA 2018¹⁰.

9º Passo: Calcular a incidência de pobreza (H). Calcula-se a porcentagem de pessoas pobres em relação ao total amostral. Nesse estudo, foram considerados multidimensionalmente pobres os indivíduos com $k \geq 4$ indicadores. Destaca-

¹⁰ As dimensões e indicadores foram escolhidos com base em estudos que abordam o tema da pobreza na visão multidimensional. Tais como: Ferreira e Marin, 2016, Fabel, Teles e Caminhas (2016), Serra (2017), Vieira, Khun e Marin (2017) e Silva, Bruno e Silva, 2020.

se que os valores de H não levam em consideração o número de privação que os indivíduos enfrentam, por isso a necessidade dos demais cálculos desenvolvidos adiante. O H (ou *Headcount*) é calculado mediante a equação 1.

$$H = \frac{q}{n} \quad (1)$$

Em que: q representa o número de pessoas multidimensionalmente pobres e n representa o número total de pessoas que compõem a amostra.

10º Passo: Calcular o hiato de pobreza média (A): Esse cálculo representa o número médio de privações que os indivíduos já considerados multidimensionalmente pobres enfrentam. É calculado somando a proporção de privações totais que cada pessoa sofre e, em seguida, dividindo pelo número total de pessoas pobres, conforme a equação 2.

$$A = \frac{\sum_1^n \left(\frac{k}{a}\right)}{q} \quad (2)$$

Sendo: a : nº total de privações; k/a : a proporção de privação de cada indivíduo; $\sum_1^n \left(\frac{k}{a}\right)$: soma total da proporção de privações que cada pessoa multidimensionalmente pobre sofre; e q indica o número de pessoas multidimensionalmente pobres.

11º Passo: Calcular a incidência ajustada (M_0). Esta análise tem a capacidade de demonstrar a quantidade de privações que a população multidimensionalmente pobre sofre, ou seja, determina a intensidade da pobreza observada. Seu cálculo gera valores entre 0 e 1 (ou entre 0% e 100%). Sua visualização pode ser feita através da equação 3.

$$M_0 = HxA \quad (3)$$

Substituindo-se as equações (1) e (2) na equação 3, obtém-se a seguinte formulação:

$$M_0 = \left(\frac{q}{n}\right) \times \left(\frac{\sum_1^n \left(\frac{k}{a}\right)}{q}\right) \quad (4)$$

12. Decomposição da medida: A decomposição da medida pode ser feita por grupos populacionais ou por dimensões. Decompõe-se o M_0 por grupos etários, gênero, regiões do país ou qualquer outro atributo desejado. Pode-se ainda realizar a decomposição por dimensão e analisar a contribuição de cada uma delas para a pobreza geral. No estudo em questão, propõe-se uma decomposição entre trabalhadores formais e informais.

Após a operacionalização do método Alkire-Foster, observaram-se alguns dos principais resultados da pesquisa e suas implicações. Para tal análise, explorou-se as bases de dados da PNADC Anual de 2016 a 2019.

4 Análise dos Resultados

O número total de trabalhadores brasileiros por posição na ocupação, entre 2016 e 2019, variou entre 84,4 milhões de pessoas e 88,6 milhões¹¹. Dessa quantidade, em média, 47,8% ocupavam postos informais, ou seja, mais de 41 milhões de brasileiros viviam na informalidade nesse período. Entre os quatro anos analisados, houve crescimento de 11,2% de pessoas em postos informais, o que representa um sinal de alerta preocupante para o país, pois a informalidade é apontada como causa e consequência da maioria das situações de pobreza e indicadores de precarização do trabalho no Brasil (NERI; FONTES, 2010).

¹¹ Excluindo-se o total de empregadores.

As transformações recentes do sistema capitalista, fizeram as relações de trabalho se modificarem e ganharem centralidade em seus novos aspectos através de fenômenos outrora reconhecidos apenas como periféricos, como a uberização (ABÍLIO, 2020). As novas modalidades informais, precarizam o trabalho e colocam uma grande parcela dos indivíduos em situação de pobreza. Somado a isso, a crise recente do Brasil, iniciada em 2015 e intensificada durante o período da pandemia de COVID-19, passaram a deteriorar as conquistas sociais logradas nos primeiros 14 anos do século XXI, aumentando a exclusão social e a desigualdade. Os números indicam que o Índice de Gini de renda que vinha em ritmo de queda desde 2002, estagnou entre 2016 e 2017, com piora em 2018 e 2019.

Visando atender ao objetivo proposto neste estudo, implementou-se o método AF, o qual permitiu a estimação dos resultados que evidenciam o nível de privação dos trabalhadores formais e informais brasileiros. Para tanto, calculou-se o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), formulado a partir da observação de múltiplas dimensões e indicadores, os quais referem-se às privações enfrentadas pelos trabalhadores brasileiros e configura-se em um esforço analítico para representação do fenômeno da pobreza. Sendo assim, o modelo analítico baseia-se nas contribuições de Sen (2001) e Alkire-Foster (2009).

Tabela 1 - Resultados da aplicação do modelo Alkire-Foster por posição na ocupação

	2016	2017	2018	2019
TRABALHADORES FORMAIS				
Incidência (<i>H</i>)	5,1%	4,4%	3,8%	3,3%
Intensidade (<i>A</i>)	37,9%	37,9%	38,0%	37,7%
IPM (<i>M₀</i>)	1,9%	1,7%	1,5%	1,2%
Amostra total	45.541.635	44.339.383	44.433.814	45.341.660
TRABALHADORES INFORMAIS				
Incidência (<i>H</i>)	35,3%	33,0%	30,4%	28,6%
Intensidade (<i>A</i>)	44,4%	44,3%	44,0%	43,7%
IPM (<i>M₀</i>)	15,7%	14,6%	13,4%	12,5%
Amostra total	38.902.803	40.520.877	41.826.833	43.259.173

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos microdados da PNADC Anual - 2016 a 2019.

A análise dos resultados da Tabela 1, indica que a incidência de pobreza (*H*), no ano de 2019, foi de 3,3% entre os trabalhadores formais e de 28,6% entre os informais. Esse cálculo inicial (*H*) representa a proporção de trabalhadores formais e informais considerados multidimensionalmente pobres em relação ao total da amostra de trabalhadores correspondente. Entre 2016 e 2019, ocorreu um declínio da incidência de pobreza em ambas as categorias, porém, a porcentagem de trabalhadores informais pobres foi muito superior à porcentagem correspondentes aos formais em toda a série temporal. Em 2019, a quantidade de formalizados multidimensionalmente pobres era de aproximadamente 1,5 milhões de trabalhadores, enquanto os informalizados eram cerca de 12,4 milhões.

Apesar da análise da incidência da pobreza ser efetiva, Alkire e Foster (2009) destacam que esse cálculo não é sensível à intensidade da pobreza que os indivíduos já considerados pobres enfrentam. Por isso, calcula-se o hiato de pobreza média (*A*). Observando a Tabela 1, ao longo dos 4 anos analisados, os trabalhadores formais considerados pobres eram privados, em média, em 37,9% dos indicadores (cerca de 5 indicadores dos 12 elencados). Em relação aos trabalhadores brasileiros informais multidimensionalmente pobres, a intensidade de sua privação alcançou a média de 44,1% (cerca de 6 indicadores dos 12 selecionados). Vale destacar, que ao longo do período de 2016 a 2019, a redução do hiato da pobreza nas duas classificações de trabalhadores foi ínfima.

Por fim, os resultados expostos na Tabela 1 revelam a análise da incidência de pobreza ajustada (*M₀*), também chamada de Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Para melhor interpretação do seu resultado, é importante deter o conhecimento de que quanto mais próximo

de 100% estiver o IPM, mais trabalhadores serão multidimensionalmente pobres e privados em um conjunto maior de indicadores. No caso dos trabalhadores formais, entre 2016 e 2019, o IPM médio foi de 1,6%, enquanto os trabalhadores informais apresentaram um IPM médio de 14,1% no mesmo período, valor muito superior ao verificado no grupo antecessor.

A comparação entre os resultados da Incidência (*H*), Intensidade (*A*) e do Índice de Pobreza (IPM) entre os trabalhadores formais e informais, demonstram o verdadeiro abismo existente entre esses dois grupos no Brasil. Ao longo dos quatro anos analisados, o país apresentou uma redução percentual da pobreza multidimensional, no entanto, não foi em uma magnitude suficientemente grande para reverter o grave quadro que afeta o Brasil. A análise temporal do IPM indica a redução, entre 2016 e 2019, de 0,7 p.p. entre os trabalhadores formais e de 3,2 p.p. entre os informais. Contudo, em termos absolutos essa quantidade não configura grandes avanços, uma vez que, em 2019, 1,5 milhões de trabalhadores informais viviam em situações de vida precárias.

Os dados indicam a consequência ruim da informalidade para as condições de vida dos trabalhadores brasileiros, demonstrando que aqueles que estão alocados na informalidade têm chances maiores de situarem-se em condições de pobreza multidimensional, uma das mazelas sociais estruturais do Brasil. Esse resultado corrobora com o exposto por Coelho et al. (2016) ao investigar as condições de vida de mulheres da economia informal catadoras de recicláveis. Uma das suas conclusões foi que a atividade laboral informal expõe, diversas vezes, o trabalhador a riscos ocupacionais e ainda suprime deles direitos de seguridade social, inserindo-os em contextos de total precariedade.

Após a aplicação dos passos propostos por Alkire e Foster (2009), a análise seguinte detalha as dimensões e indicadores que colocam os indivíduos investigados nessas condições de privação. Essa análise possibilita a proposição de políticas públicas voltadas para pontos estratégicos de redução do IPM. O Quadro 2 apresenta a porcentagem de trabalhadores multidimensionalmente privados em cada indicador e dimensão. Para isso, foram selecionados apenas os indivíduos com $k \geq 4$, para o período de 2016 a 2019.

Quadro 2 – Porcentagem de pobres privados em cada indicador e dimensão

		2016	2017	2018	2019
FORMAIS					
Condições de Habitação	<i>Condições de abrigo do domicílio</i>	10,8%	10,8%	11,0%	10,5%
	<i>Instalações sanitárias</i>	8,6% 3,5%	9,1% 6,2%	9,2% 6,4%	9,0% 6,4%
	<i>Densidade habitacional</i>	11,5%	10,3%	10,3%	10,3%
Condições Sanitárias	<i>Abastecimento de água</i>	71,4%	77,0%	80,3%	81,0%
	<i>Acesso à rede de esgotos</i>	72,8% 92,5%	76,6% 93,9%	79,4% 95,5%	79,3% 93,7%
	<i>Coleta de lixo</i>	54,5%	58,9%	62,3%	63,1%
Condições de Educação e Acesso ao Conhecimento	<i>Acesso à internet</i>	75,0%	63,7%	52,3%	46,3%
	<i>Grau educacional</i>	57,2% 83,6%	53,7% 84,3%	49,8% 84,0%	48,5% 85,7%
	<i>Alfabetização</i>	13,0%	13,1%	13,0%	13,6%
Condições de Trabalho e Proteção Social	<i>Rendimento</i>	47,5%	45,4%	46,7%	46,2%
	<i>Subocupação</i>	16,6% 2,4%	16,0% 2,7%	16,6% 3,1%	16,5% 3,2%
	<i>Previdência</i>	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
INFORMAIS					
Condições de Habitação	<i>Condições de abrigo do domicílio</i>	9,8% 12,5%	11,2% 12,3%	10,9% 10,8%	11,1% 11,2%
	<i>Instalações sanitárias</i>	7,9%	12,5%	13,1%	12,7%

	<i>Densidade habitacional</i>	8,9%	8,6%	8,9%	9,5%
Condições Sanitárias	<i>Abastecimento de água</i>	56,4%	56,9%	57,9%	58,3%
	<i>Acesso à rede de esgotos</i>	62,4% 81,6%	63,3% 84,6%	63,8% 85,3%	77,1% 83,4%
	<i>Coleta de lixo</i>	49,1%	48,4%	48,3%	48,1%
Condições de Educação e Acesso ao Conhecimento	<i>Acesso à internet</i>	72,9%	62,8%	54,3%	46,4%
	<i>Grau educacional</i>	59,9% 88,3%	56,0% 87,4%	52,6% 86,4%	50,1% 86,5%
	<i>Alfabetização</i>	18,5%	17,7%	17,0%	17,3%
Condições de Trabalho e Proteção Social	<i>Rendimento</i>	59,2%	61,1%	61,6%	62,0%
	<i>Subocupação</i>	54,6% 16,0%	56,5% 20,1%	57,6% 22,5%	58,4% 23,5%
	<i>Previdência</i>	88,6%	88,4%	88,7%	89,7%

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos microdados da PNADC Anual (2016 a 2019).

*A (%) da privação por indicador foi calculada através da soma dos trabalhadores (formais ou informais) multidimensionalmente pobres que eram deficitários nesse quesito dividido pelo total de privados (formais ou informais). A privação por dimensão foi calculada pela média das privações dos indicadores nela contidos.

**Os trabalhadores formais possuem carteira assinada e, portanto, são cobertos pelo regime previdenciário. Por isso, nenhum indivíduo da amostra apresentou privação nesse quesito.

***Ressalta-se que em alguns indicadores como *Subocupação*, *Rendimento* e *Acesso a rede de esgotos*, apresentaram um grande número de dados faltantes, principalmente entre os trabalhadores informais.

Os resultados relacionados aos trabalhadores formais, expostos no Quadro 2, mostram que os indivíduos considerados multidimensionalmente pobres eram, em sua maioria, privados nos indicadores: “*Abastecimento de água*”, “*Acesso à rede de esgotos*”, “*Coleta de lixo*”, “*Acesso à internet*” e “*Grau educacional*”. Esses indicadores compõem as dimensões **Condições Sanitárias** e **Condições de Educação e Acesso ao Conhecimento**.

Quanto aos trabalhadores informais, os resultados do Quadro 2 mostram que a privação dos indivíduos pobres estava relacionada principalmente aos indicadores: “*Abastecimento de água*”, “*Acesso à rede de esgotos*”, “*Coleta de lixo*”, “*Acesso à internet*”, “*Grau educacional*”, “*Rendimento*” e “*Previdência*”. Esses indicadores estão presentes nas dimensões **Condições Sanitárias**, **Condições de Educação e Acesso ao Conhecimento** e **Condições de Trabalho e Proteção Social**.

A dimensão **Condições Sanitárias** foi responsável pela maior incidência de pobreza multidimensional na população analisada. Entre 2016 e 2019, em ambos os grupos ocupacionais verificou-se o aumento de trabalhadores privados nessa dimensão. Isso demonstra que os brasileiros ainda sofrem privações em aspectos básicos e primordiais. Como ressaltam Albuquerque e Cunha (2012, p. 56), essa situação indica: “[...] um sério problema quanto à saúde preventiva, que fica altamente comprometida diante desse cenário. Fazem-se necessários maiores investimentos públicos na concessão desses serviços básicos e essenciais à população, para que esta não incorra em doenças oriundas dessas vulnerabilidades”.

A dimensão **Educação e Acesso ao Conhecimento**, composta por três indicadores, apresentou dois deles bastante expressivos para a composição do IPM. O primeiro indicador, *Acesso à internet*, apresentou tendência de redução ao longo dos quatro anos analisado, no entanto, não foi suficiente para deixar de impulsionar as pessoas para a situação de pobreza. Em síntese, de 2016 a 2019, a quantidade de trabalhadores pobres formais sem acesso à internet reduziu de 75,0% para 46,3%. Para os trabalhadores informais, a redução dessa quantidade foi 72,9% para 46,4%, no decorrer dos quatro anos.

Destaca-se que a internet é uma ferramenta primordial de comunicação e acesso ao conhecimento na atualidade. Quanto ao indicador *Grau educacional*, nota-se que boa parte dos trabalhadores - em média, 84,5% dos trabalhadores formais e 87,4% dos informais - não completaram o ensino médio. A OIT (2018) revela que a educação é a principal arma contra a informalidade, notando que quanto maior o nível de escolaridade, menor a informalidade.

Também vale ressaltar que os indicadores que compõem a dimensão “*Educação e Acesso ao Conhecimento*” possuem destaque na análise de Sen (2013) sobre a pobreza multidimensional. O autor destaca a importância da educação para a expansão das liberdades individuais. Adicionalmente, é possível argumentar que o acesso ao ensino formal e às tecnologias de informações, permite aos indivíduos promover a qualificação profissional, a construção de conhecimentos científicos, o desenvolvimento de experiência, a evolução de hábitos e atitudes em trajetória a uma melhor qualidade de vida (RIBEIRO; NEDER, 2009; SEN, 2013). Deus *et al.* (2015), ao analisarem a pobreza rural no Brasil em 2009 constataram que a condição na ocupação e a educação foram os indicadores que mais impactaram o IPM dos estados brasileiros. Os autores sugerem que o acesso ao conhecimento na idade certa, além de gerar impactos diretos sobre a redução do IPM, traduzem-se em melhores oportunidades ocupacionais no futuro.

A terceira dimensão, **Condições de Trabalho e Proteção Social**, foi fonte de privação apenas entre os trabalhadores informais. Entre os três indicadores apresentados, *Previdência e Rendimento* colaboraram para uma maior incidência de pobreza. Entre 2016 e 2019, em média, 61,0% dos trabalhadores informais multidimensionalmente pobres recebiam menos de 1 salário mínimo mensal, sendo que 88,8% não eram contribuintes do instituto de previdência. Esses dois indicadores apresentaram tendência crescimento ao longo dos quatro anos, o número de pessoas com privação de renda aumentou 2,8 p.p., enquanto a quantidade de indivíduos pobres sem amparo de um regime de aposentadoria cresceu 1,1 p.p. Além disso, a *Subocupação*, um dos retratos da precarização do trabalho, evoluiu entre os dois públicos. Isso corrobora com os dados da PNAD, que apontam uma evolução da quantidade de subocupados entre o quarto trimestre de 2015 e o terceiro trimestre de 2019, expondo 1,2 milhões de pessoas no Brasil insatisfeitas com a quantidade de horas trabalhadas.

Destaca-se que todas as dimensões analisadas são importantes para o planejamento e execução de políticas públicas de combate à vulnerabilidade social. Tão importante é essa importância, que os ODS da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável, formulados pela ONU para 2030, mencionam a preocupação com a promoção de renda, emprego e condições de vida digna como prioridade ao desenvolvimento das nações. Dentre os objetivos e metas vinculados às melhorias de condição de vida comunicadas pela Agenda 2030¹², estão: ODS 1 - Erradicação da pobreza; ODS 6 - Água potável e saneamento; e ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico” (ONU, 2015).

Como Barros, Carvalho e Franco (2006) pontuam, os indicadores escalares são importantes instrumentos para a identificação das dimensões da pobreza, norteando os agentes na descoberta de indivíduos vulneráveis e na elaboração adequada de programas sociais. Apesar dos avanços percebidos entre os primeiros anos do século XXI (2003-2014), a inversão ocasionada pela crise de 2015 reduziu a o ritmo de combate à pobreza no Brasil e afetou, sobremaneira, a parcela informal da economia brasileira.

5 Conclusão

A atual dinâmica da economia brasileira depositou um grande contingente de trabalhadores na condição de informalidade, situação que contribui para o avanço da deterioração das condições de vida dos trabalhadores. Diante desse contexto, este artigo objetivou analisar a incidência, intensidade e fontes da pobreza multidimensional que acometeu os trabalhadores formais e informais no Brasil entre os anos de 2016 e 2019, através da estimação do índice de pobreza multidimensional (IPM) pelo modelo Alkire-Foster.

¹² Os ODS são uma agenda de metas e objetivos que visam a erradicação da pobreza, acirramento das discussões sobre segurança alimentar, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, entre outros. Tais metas/objetivos devem ser alcançadas até 2030 e foi adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015.

Como resultados, observou-se um crescimento do número de trabalhadores informais em velocidade superior à elevação dos formalizados entre os anos de 2016 e 2019. Além disso, dado às condições precárias que acometem o trabalho informal, tanto a incidência de pobreza quanto a sua intensidade foram maiores para esse grupo, em comparação ao trabalhador com carteira assinada (formal). Como era esperado, o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), formulado a partir da incidência de 12 indicadores, mostrou-se cerca de dez vezes superior para os informais. Analisando as séries temporalmente, ou seja, durante o decorrer dos quatro anos propostos, tanto a incidência, quanto a intensidade e o IPM apresentaram reduções para os dois grupos, no entanto, em valores ínfimos para o grupo de trabalhadores sem carteira assinada.

Decompondo a análise do IPM em dimensões, as **Condições Sanitárias e Condições de Educação e Acesso ao Conhecimento** foram as mais deficitárias entre a população em estudo. Entre os trabalhadores informais, adiciona-se, ainda, a dimensão **Condições de Trabalho e Proteção Social**, que também foi fundamental para expô-los às condições de vida precarizadas através, principalmente, do indicador *Rendimento e Previdência*.

De maneira geral, a discrepância entre os indicadores de pobreza entre os diferentes tipos de população ocupada, indica a maneira como a informalidade age dentro do ciclo retroalimentador da pobreza. Por ser uma forma de inserção precária, a informalidade expõe aqueles que dela participam a condições mais vulneráveis e com maiores probabilidades de permanecer ou de vivenciar condições de pobreza.

Por fim, vale destacar os desafios enfrentados pelo estudo, os quais se estendem, sobretudo, à escolha dos indicadores da composição do IPM. Ressalta-se que os aspectos analisados retratam mudanças estruturais ocorridas na economia brasileira que não conseguem, no curto espaço de tempo estudado (2016-2019), estabelecer uma análise acurada da mudança das condições de vida dos trabalhadores. Somado a isso, houve falta de variáveis que pudessem quantificar, de forma sensível, as mudanças ocorridas no mercado de trabalho após a crise instaurada na economia brasileira no ano de 2015.

Os indicadores utilizados pela literatura e que embasam as escolhas desse estudo, em sua maioria, não modificam-se em um curto espaço de tempo, como é o caso do nível educacional, das condições de abrigo, das condições sanitárias e entre outros. Por essa razão, não foi possível observar uma elevação brusca nos níveis de privações dos trabalhadores brasileiros, algo que em um período de tempo maior pode ser melhor visualizado.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. Plataformas digitais e uberização: globalização de um Sul administrado? **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 12-26, abr./jul. 2020.

ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and multidimensional poverty. In: BRAUN, J. et al. **The poorest and hungry: assessment, analyses, and actions**. Washington: International Food Policy Research Institute, 2009.

BALTAR, P. E. **Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil**. Texto para Discussão Nº 2036. Brasília, DF: IPEA, fevereiro de 2015.

COELHO, A. P. F.; BECK, C. L. C.; FERNANDES, M. N. da S.; FREITAS, N. Q.; PRESTES, F. C.; TONEL, J. Z. Mulheres catadoras de materiais recicláveis: condições de vida, trabalho e saúde. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 3, n. 37, e57321, p. 1 – 8, 2016.

CORSEUIL, C. H.; REIS, M. C.; BRITO, A. S. Critérios de classificação para ocupação informal: consequências para a caracterização do setor informal e para a análise de bem-estar no Brasil. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 45, n.1, p. 5 – 31, jan./mar. 2015.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE – Eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 1 – 12, 2002.

De DEUS, J. D. B. V.; CAMPOS, R. T.; CAMPOS, K. C.; OLIVEIRA, J. L. de; CARVALHO, R. M. Análise Multidimensional da Pobreza Rural no Brasil. **Rev. Econ. NE**, v. 46, n. 1, p. 57 – 75, jan./mar. 2015.

FAHEL, M.; TELES, L. R.; CAMINHAS, D. A. Para além da renda: uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 31, n. 92, p. 1-21, out. 2016.

FERREIRA, T. R. da S.; MARIN, S. R. Uma aplicação do método alkire foster (af) nas grandes regiões brasileiras nos anos de 2001 e 2011. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 174 – 192, mar. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Taxa de desocupação no trimestre 2019**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=resultados>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

JACCOUD, L. Igualdade e equidade na agenda da proteção social. In: FAGNANI, E.; FONSECA, A (ORG). **Políticas sociais, universalização da cidadania e desenvolvimento: educação, seguridade social, infraestrutura urbana, pobreza e transição demográfica**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2013.

KREIN, J., D.; PRONI, M. **Economia Informal: aspectos conceituais e teóricos**. Brasília: OIT, 2010.

KREIN, J. D.; BIAVASCHI, M. de B. Brasil: os movimentos contraditórios da regulação do trabalho dos anos 2000. **Cuadernos del Cendes**, Caracas, v.32, n. 89, p. 47 – 82, mai./ago., 2015.

KREIN, J. D.; COLOMBI, A. P. F. A Reforma Trabalhista em foco: desconstrução da proteção social em tempos de neoliberalismo autoritário. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 40, e0223441, p. 1 – 18, 2019.

KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R. V. de. Para além dos discursos: impactos efetivos da Reforma nas formas de contratação. In: KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R. V.; FILGUEIRAS, V. A. (Orgs). **Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas, Curt Nimuendajú, 2019.

MANZANO, M.; CALDEIRA, C. D. Dinâmica recente do mercado de trabalho brasileiro ainda nos marcos da CLT. In: KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. (Orgs). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas, Curt Nimuendajú, 2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Agenda Nacional de Trabalho Decente**. Brasília, 2006.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova Iorque, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

NERI, M.; FONTES, A. **Informalidade e Trabalho no Brasil: causas, consequências e caminhos de políticas públicas**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2010.

OLIVEIRA, T.; PRONI, M. W. Um mercado de trabalho heterogêneo e flexível: um problema persistente no Brasil. **Revista da ABET**, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, v. 15, n. 2, p. 60-86, dez. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **The informal economy and decent work: a policy resource guide, supporting transitions to formality**. Geneva: ILO, 2012.

_____. **Women and men in the informal economy: a statistical Picture**. Geneva: ILO, 2018

_____. **Trabalho Decente**.
Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

OXFAM BRASIL. **A distância que nos une**: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: Oxfam Brasil, 2017.

_____. **País estagnado**: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: Oxfam Brasil, 2018.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL (PNADCT) 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas> . Acesso em: jan. 2020.

REDE PENSSAN (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar). **VIGISAN**: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Pensan, 2021.

RIBEIRO, R.; NEDER, H. D. Juventude(s): desocupação, pobreza e escolaridade. **Nova econ.**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 475 – 506, 2009.

ROSA, S. S. da. **Pobreza multidimensional e dinâmica espaço-temporal na Região Norte do Brasil**. 2021. 147 f. Tese (Doutorado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

ROSSI, P.; MELLO, G. **Choque recessivo e a maior crise da história**: a economia brasileira em marcha à ré. Campinas: IE/UNICAMP – Nota do Cecon, n.1, abril de 2017.

SANTOS, A. L. dos.; GIMENEZ, D. M. Desenvolvimento, competitividade e a reforma trabalhista. In: KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. (Orgs). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas, Curt Nimuendajú, 2018.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2001.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Schwarcz S.A, 2013.

SERRA, A. S. **Pobreza multidimensional no Brasil rural e urbano**. 2017. 161 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

SILVA, J. J. da; BRUNO, M. A. P.; SILVA, D. B. do N. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período 2004-2015. **Revista de Economia Política**, v. 40, n. 1, p. 138 – 160, jan./mar. 2020.

VIEIRA, C. de A.; KUHN, D. D.; MARIN, S. R. Método Alkire-Foster: uma aplicação para a medição de pobreza multidimensional no Rio Grande do Sul (2000-2010). **Planejamento e Políticas Públicas (PPP)**, Brasília, n. 48, p. 263 – 295, jan./jun. 2017.

WORLD BANK INSTITUTE (WBI). **Introduction to poverty analysis**. World Bank Institute, 2005.